

NOVOS MUNICÍPIOS NO BRASIL: TRES EXPERIÊNCIAS EMANCIPIATORIAS NUMA ÁREA DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Zilá MESQUITA (1)
Departamento de Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMEN

A crescente urbanização brasileira já responde por mais de 70% de população urbana no país. Nos últimos cinco anos, no sul Brasil, através de emancipações municipais, emergiram 183 novos municípios cujas sedes representam igual número de campo em três distritos e posteriormente municípios, a respeito das reivindicações pela criação dos mesmos. Este trabalho busca refletir sobre estas experiências emancipatórias, seu significado na ordenação do território e no uso político que dele se faz numa área de modernização agrícola do Rio Grande do Sul.

Atualmente mais de 70% da população brasileira já vive em cidades. Este processo de urbanização é crescente e contínuo, como provam os censos demográficos das últimas quatro décadas. Além disso ele é veloz, uma vez que em 1960 a participação da população urbana na população total do país passou de 44.93% para 67.57% vinte anos houve um acréscimo demográfico de mais de 20% nas cidades brasileiras.

Paralelamente, a última década presenciou a eclosão de vários movimentos emancipatórios pela criação de novos municípios e até mesmo de novos estados na federação. No que tange às cidades, os transeuntes e, mais que eles, os moradores, urbanos, sobretudo os suburbanos, bem sabem o quanto as carências em serviços, habitação, formas de abastecimento coletivo, tornam difícil o seu cotidiano. Porém tais carências atingem também os agricultores de seus entornos que necessitam igualmente dos serviços que, em tese, a cidade pode e deveria proporcionar. Neste sentido o espaço urbano brasileiro está hoje expressando todos os dramas da sociedade e é por isso que ele é um espaço síntese (Mesquita, 1988).

1. ONDE DÓI A MODERNIZACAO

Análises sobre o passado recente da realidade brasileira apresentam em comum alguns aspectos. Um destes é o reconhecimento do processo de modernização da economia brasileira nos Pós- Guerra, tanto na indústria quanto na agricultura. Nesta última, segundo alguns (Guimarães, 1978; Brum, 1985; Muller, 1985; Oliveira, 1987) ela assumiu um caráter de “modernização conservadora”. Tais autores afirmam que a modernização na agricultura brasileira é conservadora no sentido social, pois ao se capitalizar não altera a

¹ Agradeço os colegas: Clélia Lustosa e José Borsachiello da Silva, geógrafos e professores da Universidade Federal do Ceará, pelas críticas e sugestões a este trabalho, isentando-os todavia de eventuais incorreções ainda remanescentes. Este trabalho foi elaborado durante um estagio de pesquisa em que fui bolsista do CNPq.

estrutura fundiária através de uma melhor distribuição de terras. Ao contrário, conserva a concentração da propriedade na mão de poucos, a exemplo do antigo padrão oligárquico, excluindo e esóliando a maioria dos pequenos agricultores. Os críticos da expressão “modernização conservadora” refutam se aspecto conservador, pois ela capitaliza a agricultura. Outros como Graziano da Silva, preferem denominá-la “modernização dolorosa”, dado o seu caráter excludente (Mesquita, 1988, p 11). Porém o que é importante reter, é que ênfase na modernização das atividades econômicas tem sido o principal elemento propulsor da velocidade na urbanização do país.

A partir do década de 50 a região Sul, especialmente o interior de São Paulo, no caso da agricultura, serviram como espaços- teste à esta modernização, a través das lavouras capitalistas de trigo e soja. (Brum, 1985). Esta modernização depois abrangeu o Paraná antes de estender-se na década de 70 a região Centro-Oeste e à Amazônia, e mais recentemente, até o interior do estado da Bahia. É exatamente em um destes espaços – teste, o norte do Rio Grande do Sul – que se situam as três novas cidades estudadas nesta pesquisa.

Cabe assimilar que esta tem sido uma área expulsora de população há décadas a qual se desloca ou para Área Metropolitana de Porto Alegre, ou para as regiões do país antes mencionadas. Esta migração, embora indesejável nos grandes aglomerados metropolitanos, mostra-se necessária à expansão do capitalismo em áreas de avanço da fronteira agrícola no norte do país e à modernização da agricultura nas áreas de vagão demográfica. Alguns dos efeitos visíveis são o grande contingente de Sem Terra no campo e o êxodo rural que engrossa nas cidades os contingentes do sob- empregados, dos desempregados, dos sem teto, que não se restringem mais à metrópolis mas já se encontram nas periferias das cidades médias ou à margem das estradas que lhe dão acesso. E não é por acaso que o Rio Grande do Sul, estado do extremo sul do país, foi o núcleo do Movimento das Sem Terra, pois aí está numa áreas onde mais dói a modernização.

2. ALGUNS ELEMENTOS ELUCIDATIVOS

Diante deste surto urbanizador, modernizador e para melhor compreender esta realidade, foram examinados 55 processos emancipatórios que haviam dado entrada na Subcomissão de Emancipações da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. A escolha recaiu sobre os processos de: Eugênio de Castro, Entre- Ijuís e São Miguel das Missões, os três pertencentes a um só município: Santo Angelo, a noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Geograficamente a questão é interessante, pois se um dos três distritos não se emancipasse, perderia a continuidade espacial com a sede, o que é interdito por lei. Consequentemente criar-se-ia um problema para emancipação dos outros dois, ou seria preciso negociar los limites.

Por outro lado a hipótese supõe que a modernização é parte da regionalização da área. Regionalização entendida não como ato de dividir espaços segundo o princípio da homogeneidade ou da polarização, mas com o processo de

formação e transformação de regiões. Por tratar-se de um processo, ela está realidade (Mesquita, 1984, p. 97).a regionalização, portanto, supõe alterações na estrutura produtiva regional. Neste caso ela se efetiva pela modernização na agricultura cujas conseqüências associadas já foram apontadas. Porém uma das manifestações da regionalização regional e nem sempre percebida como tal, reside nos movimentos emancipacionistas que finalmente permitiram que os três ex distritos se incluíssem num total de 88 novos municípios surgidos em 1988 no estado. Ára melhor compreender estes movimentos emancipacionistas, serviram de ponto de partida as seguintes questões.

- As reivindicações regionais podem ser interpretadas apenas como manifestações de um despertar de consciência participatória por parte das populações reivindicantes, ou são elas o reflexo de novas formas de viabilizar e expandir que a produção capitalista no campo assume hoje, no território gaúcho?
- Estas reivindicações correspondem a necessidades das populações reivindicantes ou se constituem em uma das possíveis manifestações de que o poder econômico se reveste para se impor?

Através destas questões estruturam-se como objetivos: detectar como e porque o distrito reivindicante busca a emancipação político-administrativa; que reivindica, como se processa a campanha emancipacionista e se há interesses econômicos e políticos a ela ligados; buscar interpretações para as modificações que estão ocorrendo nestes espaços.

O trabalho de campo, realizando quatro momentos distintos três anteriores às emancipações e o último, um ano após a instalação das novas sedes municipais. Iniciou por um estudo exploratório que oportunizou a identificação dos atores sociais envolvidos. Estes através das informações obtidas por entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, podem ser aglutinados em seis grupos:

- 1) Pessoas- fonte ligadas ou ano às emancipações e que forneceram informações a respeito das mesmas (técnico rural; agrônomo, professores; assessores da Câmara de vereadores ou das comissões emancipacionistas; arquiteto da Fundação Pró- Memória, que trabalhava nas ruínas de São Miguel das Missões e divergia dos prósitos de sua comissão).
- 2) Membros das comissões emancipacionistas., (entrevistas realizadas antes das emancipações).
- 3) O poder instituído, empreendendo: prefeitos, vice-prefeitos, ex prefeitos, deputados, vereadores e pessoas influentes formalmente envolvidas no jogo político, tanto no município de origem quanto nos novos, antes e após as emancipações.

- 4) Membros das diretorias dos sindicatos presentes rurais., e associados presentes nos sindicatos (entrevistas realizadas antes e após as emancipações).
- 5) A população: moradores das sedes e periferias dos então distritos e depois cidades; agricultores do interior, compreendendo vilas, “picadas”, “esquinas”, (denominações regionais do habita disperso ou concentrado na área).
- 6) Pessoas que poderían se engajar em pesquisa- ação como o assessor dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

Quanto à natureza só movimento reivindicatório, afluíam duas questões: ele é social e popular ou é um movimento de elites? Sefosse um movimento elitista, poderia vir a se tornar um movimento social, com maior consciência de participação e de reivindicação a seu favor, por parte de segmentos menos favorecidos da população, sem man ipulacao ou cooptação, sem manipulação ou cooptação dos dominantes, das ditas “lideranças locais”?.

Os novos municípios: Eugênio de Castro, Entre- ljuís e Sao Miguel das Missões, que antes de se emanciparem constituíam três dos distritos do município de Santo Angelo, realizaron o plebiscito paras as emancipações na mesma data: 20/12/87. Quase um ano depois, se realizaram as eleições, a saber: em 1/01/88 os primeiros prefeitos e vereadores assumiram seus cargos.

3. GÊNESE, NATUREZA E EVOLUCAO DOS MOVIMENTOS EMANCIPATORIOS

Como a compreensão do processo passa pela regionalização da área, é necessário trazer alguns elementos a este respeito. Tradicionalmente reconhecido como um estado de base agro-pastoril, o Rio Grande do Sul apresenta atualmente de cordo com estudos recentes da Fundação de Economia e Estatística, a seguinte composição em sua renda global: agricultura: 17%; indústria; 32% e serviços: 55%- ora, sabe-se que a localização por excelência do setor terciário (comércio e serviços) é eminentemente urbana. Conclui-sedaí que essa tendência à terciariazacao é mais um fator e alimentar a concentração da população nas áreas urbanas do estado.

No Rio Grande do Sul grosso, modo há duas áreas histórica e geograficamente destinas: a Campanha ao sul e o Planalto, ao norte. A Campanha, área de pecuária extensiva, dedicada à criação de ovinos e bovinos, é tradicionalmente área de baixa densidade demografia e de uma rede urbana com centros disperso. Por outro lado o Planalto, regio de policultura, possui uma rede urbana mais densa, onde tem proliferado o maior número de cidades no conjunto do estado. Esta fato é perceptível pela análise das emancipações ocorridas até 1966. (Willadino, 1959) e (La Salvia e Marodin, 1976). A maioria sitou-se na regio do Planalto em áreas de antiga colonização, assim chamada a imigração alemã iniciada em 1825 e mais tarde a italiana em 1874.

No início da década de 1980, o Rio Grande do Sul contava com 232 municípios, número que não se alternava desde 1966, por força de lei durante o regime militar. Provavelmente este número serei mais elevado se, devido às restrições legais, o surto emancipacionistas não tivesse sido interrompido a partir desta data. Também por força de lei, houve a partir deste período uma forte centralização de recursos em mãos do governo federal, cerceando em grande parte as administrações locais nas decisões sobre a aplicação de recursos que elas retornava. Acrescente-se que todos os municípios de fronteira subsumida pela lei Segurança Nacional, não podiam elerger seus prefeitos; tinham um interventor diretamente nomeado pelo governo central- um outro fator coercitivo a acrescentar na explicação desta demanda reprimida.

Porém a herança centralizadora é muito anterior e não se desfaz rapidamente. Embora vivamos sob um regime federativo, havia queixas das administrações municipais e estaduais relativas não só à parcela de recursos que elas retornava, como à possibilidades de decidir sobre a aplicação dos mesmos. Este fato explica em parte a dificuldade enfrentada pelas prefeituras, sobretudo de município extensos, em entender às necessidades dos distritos, especialmente os mais distantes, gerando insatisfação e por conseqüência, o desejo de autonomia.

Ou olhar retrospectivo sumarizando o centrado sobre as duas últimas décadas, mostrará que em 1980 havia 232 municípios; dois anos depois foram acrescidos de 12, passando 244, aos quais se acrescentaram mais 89 em 1988, somando então aos atuais 333, assim, em 1989 foram empossados os primeiros prefeitos de 89 novos municípios criados a partir de distritos que se emanciparam de seus monécias de origem após consultas plebiscitárias, durante o ano anterior. Estes entretanto aumentaram, pois em 1991 mais 94 tiveram seu processo emancipatório referendados por plebiscitos. A maioria destas novas cidades se encontram no Planalto, ao norte do estado. Esta região, aparentemente uma das áreas que kais tem perdido população através do êxodo rural para outros estados ou para a Área Metropolitana do Porto Alegre, continua sendo aquela com maior freqüência de emancipações.

3.1. Origens e evolução regional

Um exame, por mais sucinto que seja, da formação histórica da sociedade riograndese indica a ocupação mais atinga que foi a dos índios Guarais, que aí viviam livremente até a chegada dos jesuístas espanhóis. Estes os estabeleceram em sete “reduções”: os Sete Povos das Missões, origem dos primeiros assentamentos no século XVII, depois destruídos por lutas das incursões dos bandeirantes paulistas que aí vinham buscar o gado, o seu couro e escravos.

Historicamente, a região foi objeto de litígio entre portugueses e espanhóis após a criação pelos jesuítas espanhóis, dos “Sete Povos das Missões” onde os índios Guaranis, submetidos a um processo civiltatório, dedicavam-se, além da agricultura e da criação, a artes e ofícios, que os tornavam cobicados para o mercado escravo da então Colônia, bem como sua produção que foi, à época, sistematicamente saqueada em lutas sangrentas, responsáveis pelo

quase total extermínio da população indígena que habitava. São Miguel foi a capital destas reduções jesuíticas e lá se encontra, ainda as ruínas da antiga catedral das Missões.

Mais tarde, já no século XIX, a ocupação produtiva do Rio Grande do Sul remete por um lado às origens da sociedade pastoril ao sul, na Campanha, cuja ocupação produtiva do Rio Grande do Sul remete por um lado às origens da sociedade pastoril ao sul, na Campanha, cuja ocupação do território esteve por longo tempo comprometida com as questões de fronteira e por outro lado ao estabelecimento da sociedade dos imigrantes (ao assim chamados colonos) no planalto. Esta última sempre foi prioritariamente dedicada à policultura, ao artesanato e ao comércio.

Assim o norte do estado, após o extermínio dos índios e expulsão dos jesuítas, só em fins do século XIX, é que volta a ser novamente ocupado; desta vez por outro contingente populacional famílias de imigrantes europeus. Os lotes então distribuídos pela política imigratória do governo central, são a origem da pequena propriedade policultora de exploração familiar que predominou até há pouco em todo o norte do estado. Foi em parte esta estrutura fundiária que, mais tarde, devido a problemas de visão das propriedades pro herança, levou várias gerações a emigrar mais para o norte. À medida que se esgotava a fronteira agrícola regional. ⁽²⁾ Esta conformação histórica inicial aliada à própria situação excêntrica do Rio Grande do Sul no território nacional é que explicam a sua tradicional base agropecuária e o seu de se integrar com o mercado nacional.

Portanto, acompanhando a evolução político-administrativa do território estadual ao longo de sua história, é possível verificar o processo de fragmentação ocorrido desde o assentamento dos jesuítas (1626), passando pela instalação de vila do Rio Grande a sudeste (175), até a criação das quatro primeiras grandes áreas (1805) que abrangiam todo o território do estado à época. Em cada uma delas havia uma sede; as então vilas de Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antonio da Patrulha e Porto Alegre.

Um corte no tempo mostrará que o Rio Grande do Sul passou nestes 178 anos, de quatro grandes áreas que ocupavam toda a vastidão geográfica do estado, para os atuais 427 municípios. A fragmentação assim iniciada continuou de forma intermitente; mais acelerada em alguns períodos, de modo a redundar nos atuais municípios, por força de múltiplos desmembramentos mais frequentes sempre nas áreas de colonização dedicadas à policultura, nas áreas de pecuária, ocupada por descendentes de portugueses (Mesquita, 1984, pp 98-99).

A pulverização de municípios deu na chamada “zona mata” onde havia inicialmente disponibilidade de espaço não ocupado com latifúndios. Surge aí uma classe média que desenvolve o setor comercial, de comunicação e de transporte e que se dissemina. Com o processo de mecanização da lavoura, começa a haver uma integração entre os dois espaços: o de pecuária e o de

² Jean ROCHE descreve magistralmente este processo ao estudar a colonização alemã. Conferir: ROCHE J. (1969) – A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul – v. I e II Porto Alegre, Ed. Globo.

policultura. Portanto, a modernização se vincula aos processos emancipacionistas por dois factuais básicos: o aumento de produtividade por área com aplicação do tamanho da propriedade e o êxodo rural (Terhost) ⁽³⁾. Como se percebe, ambos são consequência de mecanização e estão estreitamente vinculados à estrutura fundiária.

Na década de 70, 110 municípios do estado tiveram consideráveis perdas de população, principalmente na área do Planalto. Notou-se a partir daí, de um lado havia a envasão de população sobretudo nesta área, e de outro acontecia a “prosperidade” dos que ficaram na terra. Estes, também pequenos agricultores, conseguiram, alguns, tomar impulso inicial no processo de modernização e com seus 25 ha. iniciais, ampliaram sua área para até 150 a 200 ha adquirindo os lotes dos evadidos. (Brum) ⁽⁴⁾

Estes factores explicam porque o norte do Rio Grande do Sul foi e é ainda, uma região de conflitos de terras e onde o Movimento dos Sem Terra sempre teve uma tradição de resistência e consciência face às enoitecias sociais.

Muito sumariamente, esta foi a gênese e a evolução regional. Cabe então inquirir o que representa hoje para os herdeiros dos que permaneceram: reestruturar o seu espaço, organizar um novo município, formar uma nova cidade. Para compreender estes movimentos reivindicatórios é útil compará-los a um iceberg, composto de uma parte oculta e outra a descoberto.

4. O QUE ESTÁ À VISTA NO ICEBERG

De um modo geral, as razões alegadas para a emancipação, centram-se na necessidade de implantar uma infra-estrutura urbana inexistente ou precária. Ex.: - melhoria da acessibilidade das estradas do interior, maior proximidade das estradas do interior; maior proximidade na oferta de serviços- de saúde: ambulatório, hospital; de educação: escolas; financeiros; implantação de uma agência bancária para contas correntes, pagamento de impostos e taxas de serviços públicos. Segundo alguns entrevistados, é o abandono crescente dos distritos em favor da sede que faz com que se deseje a independência administrativa. Há também a expectativa algumas vezes explicitada de empregos urbanos para reter ou fazer retornar os filhos e parentes dos que foram estudar e acabam não se fixando no local. De qualquer forma, o importante reter é a quase inexistência de opositores frontais ao movimento emancipacionistas, salvo nas áreas próximas aos limites preconizados, quando estas comunas nutrem o desejo de, no futuro, fazer ser mesmo e temem que sua adesão se constitua num impecilho.

5. A PARTE SUBMERSA DO ICEBERG

Por questões políticas- partidárias ou não- há interesses divergentes pelo poder, entre as chamadas “lideranças locais”. Por deter todos os serviços administrativos do município, a sede tem mais despensas públicas, incluindo

³ Entrevista com o eng agrônomo A. Terhost da Cooperativa Triticola de Santiago Angelo – COTRISA em Janeiro de 1988.

⁴ Entrevista com Argeniro Brum, professor da UNIJUI, em 7/01/87.

uma folha de pagamentos que arca com os aposentados. Como a distribuição dos recursos é desigual também por motivos políticos entre os diversos distritos de um município e entre eles e a sede, este passa a ser um forte argumento durante a campanha emancipacionistas para apontar o abandono do distrito e demonstrar que a “sede explora o distrito” auferindo os recursos por ele gerados em termos de arrecadação tributária. – “Já que não há retorno sobre o que é arrecadado, então mantendo a “metrópole”, segundo um dos entrevistados.

Dissemina-se assim uma espécie de “ideologia territorializante”. Más segundo um depoimento: “o que realmente os líderes fazem é canalizar o descontentamento da população. Este pessoal do interior nunca teve a pratica de engajamento nas lutas. O interior é muito mais conservador do que a cidade. São fiéis aos partidos: eu sou do partido X, dizem”.

Sob o discurso do “bem comum” aparece a contradição de que aparentemente o processo emancipacionistas é desejo ativo do povo. Alguns depoimentos apontam claramente para um processo elitista: - “as elites é que comandam e o povo é consultado depois. Não há discussão com a população”. Ou ainda: - “a situação” sempre esteve no poder aqui. Criou-se então um clientelismo político muito forte na região. Também a falta de controle sobre o orçamento do município facilita a manipulação das verbas na manutenção dos currais eleitorais”.

No discurso, o interesse das elites é pelo “bem comum” objetivando na obtenção de infra- estrutura, o que explica a quase inexistência de vozes discordantes. Os interesses políticos (futuros cargos no governo local) e os econômicos (loteamento urbano, por exemplo) ficam implícitos, subjacentes, mascarados, encobertos. Ou seja: - os “granjeiros” ⁽⁵⁾ são favoráveis à emancipação porque haverá melhorias na infra- estrutura urbana e as terras rurais e urbanas tornaram-se mais valorizadas pelos serviços públicos que são implantados com a criação de um município.

Ha também interesses indiretos e que significam uma socialização dos custos. Aqueles que são uma socialização dos custos. Aqueles que são ou desejam ser proprietários de terrenos loteamentos urbanos, pretendem adquirir ou regularizar suas propriedades pela expansão do perímetro urbano e pela aprovação de um plano diretor urbano que permita valorizar o preço da terra urbana, ao mesmo tempo em que repassa custos infra- estruturais de redes de energia, água e abertura de ruas ao Estado, através da prefeitura. Para vários entrevistados está claro que os comerciantes e os que tem muita terra lucram com a emancipação. Os primeiros pela valorização de suas terras e os segundos pelo incremento no fluxo de transações comerciais.

Há ainda a vantagem de repassar a o Estado os gastos com saúde e assistência direta ao empregado por parte dos “granjeiros”. Este repasse se afetiva quando, pela criação de uma nova cidade se pode reivindicar com maior força a instalação de postos de saúde ou ambulatórios médicos sustentados com recursos públicos.

⁵ “Granjeiro” é a denominação regional dos médios e grandes proprietários rurais.

Por aquiescência ou ingenuidade, há quem negue a existência de interesses no processo emancipatórios, afirmando-o espontâneo e sincero. Há ainda os que afirmam haver interesses particulares, mas para quem estes não estão bem claros. A quase inexistência de opositores, ainda que vários tenham consciência das distorções no processo político de formação do consenso, explica-se em parte pelas desilusões já sofridas no processo participatório.

6. VANTAGENS NA ÓTICA DOS ENTREVISTADOS

Esta afirmativa adquire maior nitidez quando, ao exame dos interesses, se acrescenta o das vantagens e desvantagens percebidas nas emancipações pela população entrevistada antes dos plebiscitos. As vantagens mencionadas prendem-se basicamente ao receio do aumento de impostos. Também as pequenas localidades nos limites e por isso distantes da futura sede, veem vantagem em se integrar ao novo município que, além de distante, contará ainda por algum tempo com uma infra-estrutura precária. Além disso este poderia ser um obstáculo a uma futura emancipação própria. Entretanto não são contra que os distritos pleiteantes se tornem municípios: - "Vai ser bom para nós. Vai ter mais recursos; toda a região vai se desenvolver..." Receiam também ficar sem as máquinas que nivelam e compactam as estradas, pertencentes ao município de origem. Se ele as retira, mais difícil se torna a sua acessibilidade...

O argumento mais racional em favor das emancipações é que administrar um município pequeno é melhor e mais fácil. Quanto aos agricultores do interior, o melhoramento das estradas para o escoamento da produção e o acesso à cidade, e um argumento convincente, ao lado da possibilidade de implantação de escolas para os filhos. Outra aspiração dos segmentos rurais é a instalação na nova cidade de um banco para financiamento da lavoura e não só para contas correntes. Já os moradores das sedes demonstram um leque de expectativas. Os pequenos comerciantes esperam o crescimento de seus negócios. Para outros, principalmente os jovens, se município é incentivo à instalação de indústrias e comércio geradores de empregos. Alimentam a esperança de que mais tarde haja faculdade para continuar os estudos. Com o governo mais perto: - prefeito e vereadores, argumentam que vai ficar mais fácil para resolver os problemas. A vantagem mais enfatizada por parte da população no interior, e compreensível a quem conhece a realidade fora das grandes cidades no Brasil, é a instalação de infra-estrutura de saúde: - atendimento médico, ambulatorial, dentário, farmacêutico. A esta segue-se a expectativa de instalação de escolas para as crianças e adolescentes.

7. ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

Sendo a regionalização o processo que está continuamente alternado a realidade regional, muitas são as ilações possíveis, dadas as inúmeras interfaces que a questão proporciona. Duas grandes ordens de ilações serão aqui privilegiadas: - as alterações na estrutura regional produtiva e o arranjo das relações sociais.

7.1. Alterações na estrutura produtiva regional

O advento da modernização e conseqüentemente implantação de atividade monocultora contribui para transformar a estrutura fundiária regional. De uma região baseada em pequenas propriedades familiares policultoras, ela vem se transformando pouco a pouco em uma região de minifúndios de uma parte, e de outra, de um crescente número de médias e grandes propriedades. Entre as conseqüências esta o fato de ser ela há décadas uma das áreas de expulsão populacional no país. Os que nela permanecem, ou integram o contingente dos minifundiários (cujos terrenos acidentados dificultam a mecanização) e dos Sem Terra, ou vão se afirmando como empresários rurais médios ligados igualmente a atividades urbanas.

Os hábitos de trabalho do produtor também foram alterados. Antes, dentro de cada unidade produtiva eram gerados meios de auto-sustentação: hortifrutigrangeiros, criação de animais, produção de derivados do leite, etc. Todas estas atividades exigentes de muito tempo e trabalho, se alteram com a monocultora que passou a exigir metade de tempo antes ocupado, além da quase extinção do trabalho manual pela mecanização.

Esta evidencia leva a creer que no Rio Grande do Sul, e sobre todo nesta região, ao contrario de outras do país de exploração agrícola mais recente, a renda gerada é inferior á necessidade de infra-estrutura. Poder-se-ia conjecturar se a aplicação dos excedentes não estará se efetivando for da região em setores mais lucrativos, em detrimento das necessidades regionais, cujos efeitos já são visíveis na instalação de sob-habitações nas periferias das cidades médias e mesmo longo das estradas ou nos campamentos dos Sem Terra, cansados das promessas do Estado, ameaçados pela fome, pelo frio, pelas doenças.

7.2. O arranjo das relações sociais

No Brasil vários trabalhos sobre o poder local tem demonstrado de um lado o quanto os menos favorecidos estão sujeitos a uma política de clientelismo, dos quais a obra de Leal (1949) é um clássico. Por outro lado outros demonstram como as ditas “elites”, os dominantes, buscam socializar seus custos privados valendo-se do Estado e transformando-o num Estado Patrimonialista (Schwartzman, 1988). E há ainda que demonstre o continuísmo destas “elites”, sem alteração de suas intenções (Busztyn, 1990).

Acompanhar o movimento pela criação de novas cidades permitiu perceber a persistência do velho estilo clientelista, e como este se insere num efetivo uso político do território. As frações dominantes da população regional enjagadas na modernização do “Estado local” para transforma-se em fração governante local... É por isso que elas ou seus propostos tomam a iniciativa e estão á testa das comissões emancipacionistas em nome do “bem comum”, contra o qual não há o que protestar.

Para tanto valem-se de um discurso sobre o espaço que visa: à formação de hegemonias e alianças nas “novas” cidades; à tutela do povo enorme do

progresso e do desenvolvimento e à difusão de uma ideologia territorial. A criação do “Estado” local serve à aplicação dos excedentes gerados na modernização em setores urbanos mais valorizados (terrenos loteamentos) ao mesmo tempo que propicia uma infra- estrutura urbana capaz de expandir o processo de modernização: - estradas, escolas, saúde, bancos, órgãos públicos.isto também significa o repase dos gastos sociais ao Estado.

É assim que se estabelecem as relações sociais de poder utilizando o espaço como instrumento em que “a cidade é o “lócus” onde se forjam as novas hegemonias” (6). Trata-se de fato de um verdadeiro uso político do território.

7.3. Ciudadanía e emancipações

Uma outra face deste uso político do território diz respeito á relação entre exercício da cidadania e emancipações. Em grande parte devido aos motivos já mencionados,no Brasil de um modo geral, se está pouco habituado a tomar parte nas decisões. Deposita-se o voto na urna e com este ato também se delega totalmente aos eleitos toda a responsabilidade e todo o poder para decidir sobre a cidade, o estado, o país, se mecanismos de controle a posteriori. A apatia demonstrada por muitos durante os processos emancipatórios não foge á regra,ao mesmo tempo que faz parte de tradição elitista de governar.como firma Corrêa da Silva (7), “é uma luta de formação do cidadão, a luta de massas no Brasil. O problema reside em criar uma sociedade civil forte”.

Entretanto, por contradictório que possa parecer, está havendo um movimento crescente não só pela municipalização (8), por mais autonomia e por consequência maior fortalecimento da unidade administrativa, como incremento ao associativismo antes existente, e que se encontrava um recesso ultimamente. Sao inúmeras as associações administrativas criadas uma ano após a instalação das novas cidades ou meso anteriores a elas. O associativismo formal é uma tradição uito forte que parece estimulada pela FAMURS: - Federação das Associações de Municípios do RS, á qual de filia a Associação dos Municípios da Regiao Missioneira compreendendo os 18 municípios da regioa. Além dissociações de secretários de governo municipal; de vereadores; de legislativos municipais; foruns regionais, etc. Há ambém ao que parece, um associativismo informal de auxílio entre municípios próximos.

Estes elementos explicam porque as estratégias territoriais montadas para a criação de novos municípios não vão além dos estreitos e ambiciosos limites de interesses políticos e econômicos ou do alcance de objetivos colectivos necessários, porém imediatistas, de implantação de infra- estrutura. Tanto quase se pôde observar, não há uma visão de longo prazo. É quase inexistente o interesse em discutir um projeto de sociedade. Problemáticas como a da Questão Agrária, da Modernização e seus efeitos, da diversificação da

6 Expressão empregada por Bertha Becker, em palestra no Instituto Pan-americano de Geografia e História, IPGH, Rio de Janeiro, 1986.

7 Armando Correia da Silva, professor do dept. de Geografia, em entrevista de Janeiro de 1987, na USP.

8 Fato que já havia sido apontado por Beatriz Mânica,prof. Da FUNDAMES, referindo-se à criação de conselhos municipais nos município então existentes, em janeiro de 88.

agricultura, estão na pauta de trabalho de as ações pastorais, dos sindicatos de trabalhadores rurais, nos foruns alternativos dos movimentos ecológicos, ou nas análises dos ambientes acadêmicos.

O que representou a política dos distritos industriais na década de 70 como esforço dos municípios em atrair indústrias em busca de um maior retorno de recursos por parte do poder local para o município, parecem representar hoje as emancipações na formação de novos municípios como forma de se apropriar das benesses do Estado cujos recursos ao retornar, vem sempre tão carcomidos pela inflação.

Dentro as questões que se põem hoje para a sociedade brasileira, sem dúvida uma delas é pensar esta nova urbanização que não se realiza apenas como mancha de óleo a partir das grandes metrópoles, como a compreendia Lasuen no anos 70. Esta urbanização ainda esconde antigas formas de fazer política clientelista a autoritária sob acapa e uma democracia discriminativa e de uma maior participação aparente.

Porem no jogo das possibilidades proespectivas, e preciso buscar modalidades de exercício da cidadania que permitam a emergência, com a novas cidades, de novas formas de fazer política, mais agregativas e solidárias na medida em que se está aó, orige a conseqüência das injusticias sociais.

BIBLIOGRAFIA

- BRUM, Argemiro (1985). Modernização da Agricultura: Trijo e Soja. FIDENE. Ijuí.
- BURSZTYN, Marcel (1990) O país das alianças. Elites e continuísmo no Brasil. Ed. Vozes Petrópolis Rio de Janeiro.
- GUIMARAES, Alberto Passos (1978) A Crise Agrária Paz e Terra Rio de Janeiro.
- LA SALVIA, Flávia e MARODIN. Elizabeth F. (1976) Evolução Municipal: uma análise geográfica. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul Porto Alegre, CEMAPA, 21 (19): 3-16, jan/dez.
- LEAL, Victor Nunes (1949) Coronelismo, Enxada e Voto. O município e o regime representativo no Brasil Ed. Alfa – Omega Sao Paulo 3° ed 1976.
- MESQUITA, Zilá (1984) “Divisões Regionais do RS: uma revisão “Ensaio FEE Fundação de Economia e Estatística Porto Alegre” 5(2): 95-146.
- MESQUITA, Zilá (1988) “Os espaços” do Espaço Brasileiro em Fins do Século XX Terra Livre Associação dos Geógrafos Brasileiros AGB Sao Paulo N°4, pp. 9-38.

- MULLER, Geraldo (1985) "A Velha Senhokra Agrária e seus Novos Balangandas" Novos Estudos CEBRAP Sao Paulo N°11, pp 2-9.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (1987) Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos ED. Papirus Campinas.
- ROCHE, Jean (1969) A Colonização Alema e o Rio Grande do Suk V I e II, E. Globo Porto Alegre.
- SCHWARTZMAN, Simón (1988) Bases do Autoritarismo Brasileiro ed. Campus 3° de Rio de Janeiro.
- WILLADINO, Gilbo (1959) Municipalização no Rio Grande do Sul Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul Porto Alegre, CEMAPA, 4 (9/10).

